

**Processo nº 008578/1999 (RO) - Juíza Licélia Ribeiro - DJ/SC de 03.02.2000, p. 74**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. MULTA COMINATÓRIA.** As multas aplicadas pela DRT, no exercício do poder de fiscalização, previstas pela Consolidação das Leis do Trabalho, são de cunho administrativo. A multa cominatória prevista na Lei nº 7.347/85 e art. 84, § 4º, da Lei nº 8.078/90 é de cunho processual civil (art. 287), com aplicação subsidiária ao processo do trabalho. A primeira tem por finalidade o cumprimento da legislação trabalhista, sendo que a segunda, prevista na ACP e Código de Processo Civil, visa a observância de ordem judicial que impõe a obrigação de fazer.

**Processo nº 006935/2000 (RO) - Juiz Idemar Antônio Martini - DJ/SC de 05.02.2001, p. 87**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. LESÃO A DIREITOS DO TRABALHADOR. IRREGULARIDADES PASSÍVEIS DE SANÇÃO ADMINISTRATIVA E JUDICIAL. POSSIBILIDADE DE APRECIÇÃO PELO PODER JUDICIÁRIO.** Ainda que passíveis de fiscalização e sanção pela via administrativa, cujo poder de polícia é exercido pela Delegacia Regional do Trabalho, as irregularidades apontadas pelo representante do Ministério Público do Trabalho, quando representarem lesão a direitos difusos e coletivos, podem ser levadas à apreciação do Poder Judiciário por meio de ação civil pública (Lei Complementar nº 75/93). Nesse sentido, **o reconhecimento judicial da procedência desses pedidos, com condenação em astreintes, não implica "bis in idem" em relação às multas administrativas aplicadas**, porque a primeira, de natureza preventiva, decorre da mora da obrigação de fazer ou de não fazer e a segunda, de natureza discricionária (portanto, não condenatória), da inobservância a determinadas normas trabalhistas.

**Processo nº \_003149/2006 (EMBARGOS DE DECLARAÇÃO) – Relatora Juíza Ligia M. Teixeira Gouvêa - TRTSC/DOE de 21.03.2007**

**EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. Ação CIVIL PÚBLICA. PROTEÇÃO DE INTERESSES INDIVIDUAIS HOMOGÊNEOS. CUMULAÇÃO DE MULTA E INDENIZAÇÃO.** I - Ainda que não lhes seja atribuído efeito infringente, os embargos declaratórios merecem acolhida quando a decisão hostilizada deixa de se manifestar sobre questão essencial ao deslinde do feito. II - O mecanismo de transposição previsto nos arts. 110 e 117 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) incorporou às hipóteses de cabimento da ação civil pública a proteção de interesses individuais homogêneos. **III - Por possuírem naturezas jurídicas distintas, a multa prevista no art. 11 da Lei nº 7.357/89 pode ser cumulada à indenização dos danos causados à coletividade, sem afronta ao art. 3º do mesmo diploma legal.**

**Processo nº 01902-2006-006-12-00-0 – Relatora Juíza Lília Leonor Abreu – TRTSC/DOE de 22.11.2007**

**AÇÃO CIVIL PÚBLICA. COMINAÇÃO DE MULTA DIÁRIA. INAPLICABILIDADE DO ART. 412 DO CÓDIGO CIVIL.** A multa diária determinada em ação civil pública tem natureza jurídica de astreintes, ou seja, visa a compelir o réu ao cumprimento da decisão judicial, sob pena de torná-la inócua. Nesse passo, **não há como aplicar a regra estampada no art. 412 do Código Civil**, que trata de cláusula penal, na medida em que, tratando-se de obrigação de fazer, não é possível fixar o valor da obrigação principal.